

TEMAS E TENDÊNCIAS DA SOCIOLOGIA RURAL: A EXPERIÊNCIA RECENTE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA*

Maria Stela Grossi Porto**

RESUMO

Este artigo faz um balanço da produção recente em Sociologia Rural na Universidade de Brasília como base para a apresentação de uma proposta de construção teórica para analisar a questão da tecnologia agropecuária. Neste sentido, destaca a ampliação do próprio conceito de tecnologia para situá-lo enquanto processo de dimensões múltiplas, com implicações econômicas, políticas e ideológicas. O escopo do artigo é, portanto, amplo, abrangendo a ação do Estado na produção e difusão de tecnologia e as reações de proprietários e trabalhadores – e especificamente as trabalhadoras rurais – à introdução de inovações no campo.

A questão tecnológica: uma proposta de construção teórica

Tomando como contexto mais amplo o processo de modernização que vem caracterizando a agricultura brasileira nas últimas décadas, pode-se afirmar que a análise da questão tecnológica – em seus vários desdobramentos – coloca-se como objeto privilegiado de reflexão, junto àqueles pesquisadores do Departamento de Sociologia da UnB que têm no rural seu campo principal de atuação. Este eixo aglutinador, ao mesmo tempo que caracteriza uma unidade dos estudos desenvolvidos – e portanto a consolidação de uma linha de pesquisa – tem permitido, pela forma como se concebe a tecnologia, uma organização abrangente destes estudos. Tem-se procurado tratar a questão tanto no nível conceitual como naquele que diz respeito à própria análise da tecnologia em ação. Preocupações que, na verdade, se constituem em dimensões distintas, mas estreitamente interdependentes, de um mesmo objeto.

* Texto apresentado no seminário "Os caminhos da pesquisa rural no Brasil", promovido pelo Centro Josué de Castro (Recife, 1989) e revisto para esta publicação em novembro de 1990, visando a incorporar os resultados preliminares da pesquisa "Tecnologia Agropecuária e a Organização dos Trabalhadores Rurais", ora em andamento.

** Professora do Departamento de Sociologia da UnB.

No primeiro caso, sem pretender, ainda, resultados conclusivos, a reflexão conceitual sobre tecnologia visa à compreensão das transformações recentes da agricultura brasileira. Neste sentido, o caminho percorrido tem sido o de ampliar o conceito mesmo de tecnologia, deslocando-o do âmbito restrito de produto material, para situá-lo enquanto processo de dimensões múltiplas pois que com implicações tanto econômicas quanto políticas e ideológicas.

Se, por um lado, o caráter material da tecnologia é afirmativo de sua **dimensão econômica** – instrumento material para a solução de problemas concretos – por outro, não deve se colocar como um aspecto restritivo que impeça a apreensão da complexidade do objeto em análise: “A tecnologia não é simples e exclusivamente um subproduto da economia. Não se pode negar que ela seja um processo de solução de problemas econômicos a curto prazo – industriais e comerciais – mas sem perder de vista o conjunto de decisões políticas que a caracterizam” (Figueiredo, 1985). Seu **aspecto político** insere imediatamente a reflexão sobre a questão tecnológica no espaço do poder, campo obviamente do confronto de interesses econômicos imediatos mas também espaço contraditório e aberto da relação de forças, da vontade, que não é vontade no singular mas uma resultante de vontades, no plural, as quais usam os vários níveis do espaço institucional para se manifestarem. No caso específico da agricultura, este espaço privilegiado tem sido prioritariamente (embora não exclusivamente) o espaço do Estado (em suas relações com a sociedade) concretizando, como veremos adiante, nas políticas públicas para o setor agropecuário.

Redefinida e reafirmada como objeto político, a tecnologia desprende-se de um certo enfoque de natureza ideológica – onde a produção tecnológica é assumida como um dado natural e neutro, resultante necessária do progresso – para vincular-se a uma perspectiva que admite que os interesses em jogo são tanto de natureza material – econômica – quanto ideal – ou seja, a dimensão ideológica também perpassa a produção tecnológica, como um de seus elementos constitutivos. Em outras palavras, a concepção naturalizada da tecnologia é superada em benefício de um enfoque que incorpora sua natureza histórica de objeto socialmente produzido. Este caráter histórico-social nos remete, então, ao nível do que foi referido anteriormente como a análise da tecnologia em ação.

No âmbito específico de análise da agricultura estas reflexões têm permitido a tecnologia a partir de uma perspectiva que compreende:

- o momento (ou instância) de formulação das políticas agrícola e agrária, visando tanto à compreensão de como as instâncias decisórias inserem a questão tecnológica no processo de elaboração de políticas voltadas para o setor agropecuário, quanto à análise de como os diferentes segmentos de produtores presentes no campo participam (ou não) da formulação destas políticas ou são afetadas por elas;

- as condições efetivas de acesso à tecnologia disponível, e as formas como estas condições se apresentam a cada um dos diferentes agentes envolvidos na agricultura;

- as vinculações que se estabelecem entre possibilidades/disponibilidades tecnológicas e possibilidades/disponibilidades de crédito e financiamento, também em relação aos diferentes segmentos presentes no setor;

- as condições de produção, distribuição (divulgação) e apropriação (consumo) da pesquisa tecnológica;
- as relações que se estabelecem entre o saber dito tradicional dos produtores e as inovações tecnológicas resultantes do processo de modernização da agricultura.

Assim considerada, a questão tecnológica adquire contornos mais abrangentes e ao mesmo tempo mais complexos do que a simples consideração em torno do uso de máquinas e insumos na agricultura.

Estas reflexões de natureza teórica têm orientado estudos empíricos no âmbito da pesquisa rural no Departamento de Sociologia da UnB e partem de um pressuposto que, embora não seja objeto de um desenvolvimento mais detalhado no presente texto, merece ser explicitado: o processo de modernização e industrialização da agricultura, verificado nos últimas décadas, não tem como variável explicativa chave a busca de uma racionalidade para o setor agrícola em si, explicando-se, ao contrário, pela busca de uma racionalidade agrícola que seja adequada à racionalidade do sistema econômico como um todo. Em outras palavras, analisam-se as transformações ocorridas, na agricultura, como um mecanismo de adequação do desenvolvimento do setor às exigências de acumulação de capital no conjunto da economia, e mais particularmente, às exigências de crescimento do setor industrial. Isto significa, portanto, pensar o setor rural a partir de uma perspectiva que contemple a natureza das **relações indústria-agricultura**.

Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária

Traduzidas em termos de temas e tendências de pesquisa, poder-se-ia afirmar que estas reflexões têm se organizado em torno do eixo básico da análise das relações entre o Estado a Sociedade e a Tecnologia Agropecuária. Por este fio condutor e privilegiando, como já afirmado, a análise da questão tecnológica, é possível apontar pelo menos três vertentes em torno das quais se centra a pesquisa desenvolvida em sociologia rural na UnB e que compreendem a modernização tecnológica da agricultura a partir da análise das múltiplas dimensões do Estado, da diferenciação social e da expressão política desta diferenciação.

Em outras palavras, as pesquisas (concluídas e em curso) buscam captar, ao mesmo tempo, como a intervenção do Estado enseja transformações e/ou continuidades nas relações Estado/Sociedade. Ou ainda, em que medida, a partir das modificações havidas, ocorrem desarticulação, reorganização ou surgimento de agentes sociais (segmentos sociais, classes ou fração de classe) que conseguem, ou não, se organizar em função de interesses específicos. O caráter desta organização, que por sua vez afeta a própria ação do Estado, é também objeto de estudos voltados para a análise da resposta sindical às transformações tecnológicas.

O privilegiamento destas vertentes, ao mesmo tempo que estrutura uma unidade temática, apreende a natureza multidimensional e complexa da modernização tecnológica, com estudos ilustrativos da diversidade da realidade rural brasileira.

É sobretudo pela análise das políticas públicas para o setor que se tem buscado atingir a compreensão da ação do Estado. Estudos de caso sobre as políticas de pesquisa, extensão, crédito e financiamento¹ indicam uma continuidade na presença do Estado na agricultura, apontando, no entanto, descontinuidades na natureza da intervenção, ao longo das últimas décadas. A análise teórica que fundamenta e subsidia o desenvolvimento destes estudos constitui-se a partir da necessidade de compreender: a) **a natureza do Estado brasileiro**, enquanto Estado inserido periféricamente na economia e no movimento de acumulação mundial; b) **o contexto político** no qual se concretiza a modernização da agricultura; e c) **o caráter desigual** que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo, assim como as diferentes manifestações deste desenvolvimento no campo.

Mudança de ênfase, por exemplo, é o que se pode perceber nas características da ação do Estado no âmbito da política de pesquisa agrícola e de extensão: suas relações com o setor privado (produtores do mesmo tipo de pesquisa) e com os agentes diretamente envolvidos no processo produtivo. Fundada num padrão químico-mecânico, de cunho mais propriamente adaptativo e vinculado de forma estreita aos interesses das empresas multinacionais, o modelo de pesquisa implantado na década de setenta (sobretudo com a Embrapa), via transferência de pacotes tecnológicos, incorpora, nos anos 80, novas linhas de pesquisa, voltadas para a produção de variedades novas e para o controle biológico de pragas; pesquisas estas não meramente adaptativas e que permitem uma relativa autonomia no desenvolvimento tecnológico, revelando, ao mesmo tempo, uma diminuição na participação do setor estatal na produção da pesquisa agrícola (Sobral, 1989). Estas conclusões abrem um espaço importante de reflexão sobre as relações entre o público e o privado na economia: ... "é preciso que o deslocamento da pesquisa e da extensão para agentes do setor privado não signifique uma saída do Estado. Ainda que o Estado atenda a interesses do setor privado e do "grande privado" isso não significa que se deva reforçar a privatização e a saída do Estado" (Sobral, 1989).

Esta privatização, ou uma vertente desta tendência que se reflete na própria privatização do setor público verifica-se, por exemplo, na questão relativa à introdução e utilização dos laboratórios de sacarose na agroindústria açucareira, alterando substantivamente o padrão tecnológico deste setor. Estes laboratórios determinam o valor da cana pelo teor de sacarose e não mais pela tonelagem da cana, e embora implantados com recursos públicos e sob a égide do Estado, são instalados diretamente nas usinas, como se constatou, por exemplo, em Pernambuco (Küchemann e Biavati, 1989), em proveito direto dos usineiros que controlam todo o processo. O efeito destes laboratórios e a forma como afetam a construção da identidade social dos pequenos produtores que são atingidos pela transformação do padrão tecnológico, apontam para as possibilidades de um novo tratamento das relações entre atividade material e representação simbólica. Asumindo esta representação simbólica como referida a uma prática social, confrontada a outras práticas e visões de mundo também construídas socialmente, este novo tratamento da questão reivindica para a dimensão da produção do simbólico (o qual se atualiza como construção ideoló-

gica na medida em que expressa visões de mundo formuladas a partir de interesses específicos) o status de produção material (Porto, 1989).

Ainda com relação à política de pesquisa agrícola, há evidências de que o esgotamento do crédito subsidiado não é sinônimo de esgotamento do processo de modernização significando, antes, uma transformação na forma de encarar a modernização. Se a abundância de crédito, como incentivo ao consumo de máquinas e insumos e a procura de maior produtividade coincidia com a ênfase da pesquisa poupadora de homens, a sua diminuição tem redirecionado o sentido das políticas públicas, sobretudo a partir de uma elevação significativa do preço da terra. No caso da soja e do açúcar estudos realizados no Departamento de Sociologia mostram como "em linhas gerais parece ter navido uma alteração no eixo das políticas estatais: da substituição induzida de homens por máquinas e defensivos, passou-se, aparentemente, via pesquisa à difusão de tecnologias economizadoras de terras e insumos" (Araújo e Turcchi, 1989). Esta constatação indica a necessidade de um aprofundamento desta temática no sentido de se verificar se esta relação entre pesquisa estatal e busca de uma otimização dos fatores de produção relativamente mais caros (no caso específico o preço do solo) pode ser generalizada (e em que grau) para outros produtos. Além disto, se estas suposições são confirmadas, torna-se igualmente necessário identificar as transformações que ocorrem em relação aos segmentos sociais direta ou indiretamente beneficiados pelo novo caráter da intervenção estatal.

A evolução da política de crédito, sua relação com as demais políticas para o setor rural, bem como seus efeitos diretos sobre a natureza da modernização incorporam-se também à temática vinculada à análise das políticas públicas. De uma fase em que a ação creditícia do Estado gerou no setor rural uma camada de "capitalistas sem capital"² (Porto, 1988), protagonistas privilegiados da modernização, a preocupação dos pesquisadores desloca-se, atualmente, para a compreensão das estratégias governamentais alternativas à política de crédito subsidiado, face ao esgotamento das fontes de financiamento. Sobressai, neste contexto, a ascensão e valorização da política de garantia de preços mínimos, concomitante com uma valorização das dimensões políticas do processo de tomada de decisões, em detrimento de decisões de cunho mais especificamente burocrático. Ou seja, modificações no conteúdo das políticas agrícolas não estão desvinculadas das transformações ocorridas no nível decisório - "deslocamentos dos mecanismos decisórios do Executivo para o Legislativo". Igualmente relevante para a compreensão destas mudanças é o surgimento de "novas formas de organização e representação dos interesses empresariais da agropecuária" (Pares, 1989), que tem também merecido atenção especial enquanto tema de pesquisa, tratando sobretudo através dos estudos de diferenciação social.

Antes de passar entretanto a este aspecto é importante ressaltar, ainda, que continua merecendo atenção dos pesquisadores a avaliação de programas e projetos governamentais de colonização e reorganização fundiária e de desenvolvimento rural integrado, sobretudo no contexto nordestino³.

Uma decorrência natural do privilegiamento das questões ligadas à análise das relações Estado/Sociedade no processo de modernização tecnológica

da agricultura é a necessidade de se compreender os efeitos deste processo, refletidos, sobretudo, na nova configuração social do campo. Esta nova configuração dá origem a processos de diferenciação social, cujos agentes econômicos e sociais – novos produtores gerados pelas transformações ou antigos produtores recriados no curso da modernização – começam agora a ser melhor conhecidos no tocante ao nível político-ideológico e às novas relações de força que conseguem, ou não, estabelecer para a defesa de seus interesses, no interior dos aparatos do Estado. Interessa aprofundar este conhecimento, ampliando os estudos até agora desenvolvidos. Estes estudos têm se mostrado expressivos da complexidade sócio-política do setor agrícola, por incluir a caracterização dos agentes produtivos por tipo de produtos, categoria de produtores (proprietário ou não), relação com a tecnologia e demais políticas agrícolas e por possibilitar a construção de um quadro analítico da diferenciação social, da percepção desta diferenciação pelos agentes envolvidos e dos níveis de sua organização para fazer face ao processo de transformação tecnológica que vivenciam.

Este quadro analítico, que vai se construindo à medida do avanço da pesquisa, indica que “não desaparecem os agentes produtivos tradicionais – tanto o latifúndio como a pequena produção – e surgem os grandes empresários rurais, os pequenos e médios produtores capitalizados independentes, os pequenos e médios produtores capitalizados integrados ao complexo agroindustrial através de cooperativas ou não. A força de trabalho assalariada cresce, especialmente na força de assalariamento temporário e redefine-se o assalariamento permanente em sua forma pura para trabalhadores mais especializados” (Figueiredo e Teixeira, 1988). A propriedade da terra tem se revelado uma variável se não determinante, condicionante, pelo menos, do acesso à tecnologia e da possibilidade de realizar escolhas tecnológicas, pois face às demais categorias, o proprietário (ou arrendatário capitalista o qual, na prática, organiza a produção como proprietário) tem maior espaço de autonomia. Por esta razão “formula-se a hipótese de que o proprietário por ter autonomia na adoção de tecnologias é capaz de problematizar de modo amplo as dimensões econômicas, sociais e políticas da tecnologia; por outro lado, os não proprietários, especialmente os assalariados, tendem a não ultrapassar os limites de uma problematização trabalhista do uso de tecnologias” (Figueiredo e Teixeira, 1988).

Esta hipótese, embora não possa ainda ser assumida como comprovada para o conjunto do setor agrícola, e ressalvadas as diversidades e peculiaridades do campo brasileiro, tem se revelado um instrumental extremamente útil como orientador das reflexões sobre a realidade pesquisada.

Se por um lado, há a preocupação de abarcar, na análise, as principais transformações na estrutura produtiva e suas conseqüências para os diferentes segmentos participantes da modernização tecnológica, por outro considera-se importante compreender os novos interesses daí decorrentes, bem como suas formas de organização e articulação no nível da estrutura política e da dimensão ideológica.

No tocante à estrutura política, ênfase especial tem sido atribuída à análise **do papel do sindicato como lugar de organização de interesses e como instrumento de pressão sobre a ação do Estado.** Neste sentido,

tem se pesquisado a atuação sindical naquilo em que esta se apresenta como resposta à modernização tecnológica. No caso do movimento sindical, formula-se a hipótese segundo a qual é sobretudo para aquelas categorias compreendidas pelo M. S. T. R.⁴ (o complexo Contag) que este se apresenta como lugar privilegiado para a constituição do sujeito político. Quanto às outras categorias (grandes produtores sobretudo) o sindicato é apenas uma das instâncias (nem sempre a privilegiada) de articulação e expressão de seus interesses.

Um desdobramento concreto das análises centradas na resposta sindical às transformações tecnológicas vem se concretizando na forma de uma pesquisa iniciada em julho de 1989 visando a aprofundar o conhecimento acerca das **formas de politização que o movimento sindical dos trabalhadores rurais tem demonstrado no tratamento da questão tecnológica**. Interessa saber qual pólo (ou pólos) do movimento sindical mais politiza a questão e em que medida este pólo consegue, ou não, priorizar a discussão da tecnologia, no âmbito das reivindicações conduzidas pelo M. S. T. R., ao mesmo tempo em que consegue, ou não, traduzir as discussões e conseqüentes reivindicações em propostas concretas de atuação.

A necessidade deste aprofundamento decorreu sobretudo, das conclusões destes estudos voltados para a análise da resposta sindical às transformações tecnológicas da agricultura. Estas conclusões revelavam a tomada de consciência, por parte dos trabalhadores rurais (nas diferentes categorias em que se apresentam no campo brasileiro), quanto às conseqüências decorrentes do abuso e da má utilização da tecnologia agropecuária, apontando ainda para as implicações políticas daí decorrentes, no nível da organização sindical; para a necessidade de implementação de uma legislação estável e eficiente que formalizasse normas relativas ao uso de agrotóxicos, ao lado de um sistema judicial mais ágil que garantisse o cumprimento das normas jurídicas pertencentes à questão (existentes ou a serem criadas).

Em outras palavras, tendo-se percebido que a questão tecnológica estava se constituindo como uma questão política no interior do MSTR, o passo seguinte apontava a importância de se avançar e análise acerca da forma e do sentido desta politização (potencial ou real já que decorrente do alto grau de diferenciação política e social que caracteriza os sindicatos integrantes do complexo CONTAG).

Se a temática em questão vai no sentido de dar continuidade a questionamentos e perspectivas surgidas de estudos já desenvolvidos, a forma de fazê-lo, no entanto, revela-se extremamente inovadora. A opção, nesta pesquisa ora em desenvolvimento, foi a de trabalhar diretamente com a CONTAG, não mais na condição de objeto a ser pesquisado, mas como integrante efetivo do processo de desenvolvimento da pesquisa. Neste sentido, guardadas as especificidades de objetivos e de funções de cada um dos grupos envolvidos – o de produção de conhecimento para nós pesquisadoras, o da ação política para os participantes da CONTAG – o trabalho vem se desenvolvendo de forma conjunta. Como estratégia metodológica, optou-se por considerar os diferentes encontros nacionais e regionais, promovidos pela CONTAG e pelas FETAG's – encontro de política agrícola, de trabalhadores assalariados, de pequenos produtores e de mulheres trabalhadoras – como momentos privilegiados para o

desenvolvimento da pesquisa, tomando o conteúdo mesmo destes encontros como subsídio primeiro para a reflexão, e complementado-o com questionários e entrevistas, realizados durante os referidos encontros.

Duas vertentes básicas orientam o desenvolvimento do trabalho: a primeira considera o M. S. T. R. em seu conjunto; a segunda, centrada na análise das mulheres trabalhadoras rurais, pergunta-se em que medida a especificidade da condição feminina afeta o tratamento dado pelo mulher à questão tecnológica. Além disto, está-se supondo que a especificidade da questão feminina no interior do M. S. T. R. pode estar condicionada, em diferentes níveis, pela especificidade da inserção feminina na atividade agropecuária em geral.

É importante, no entanto, explicitar que são duas vertentes básicas de um mesmo problema. Sob este aspecto algumas observações devem ser ressaltadas. A mulher, enquanto trabalhadora, compartilha com o conjunto dos trabalhadores rurais o caráter excludente e diferenciado das políticas para o setor agrícola. Este caráter diferenciado por um lado, as desigualdades regionais e a própria diferenciação interna desta categoria de trabalhadores, por outro, determinam que tais efeitos sejam percebidos e vivenciados de forma não homogênea pelo trabalhador rural. É a partir deste pano de fundo comum que a problemática da condição feminina no campo brasileiro deve ser abordada, visando a captar como, no conjunto de uma categoria não privilegiada de trabalhadores, as especificidades decorrentes da condição feminina suscitam mecanismos de discriminação que condicionam as formas de inserção da mulher no processo social e produtivo. A partir da compreensão das limitações geradas por uma situação de classe toma-se possível detectar aquelas oriundas da discriminação fundada na categoria de sexo.

Esta etapa atual da pesquisa, ao mesmo tempo em que continua e aprofunda as temáticas já iniciadas, avança na produção da pesquisa acadêmica, sobretudo pelo caráter inovador da estratégia metodológica proposta. Embora trate-se de um trabalho em andamento, podendo-se prever, pelo menos, mais um ano de investigação, já é possível antecipar, ainda que preliminarmente, algumas conclusões, decorrentes das análises já realizadas.

Três são os aspectos mais pesquisados até o presente:

No tocante à primeira vertente, dois estudos vêm sendo desenvolvidos. O primeiro analisa comparativamente os acordos e dissídios coletivos dos trabalhadores rurais da área canavieira nordestina, buscando identificar, através da leitura em profundidade da atual legislação sobre agrotóxicos, em que os instrumentos legais contemplam e incorporam as reivindicações deste segmento do M. S. T. R. Os resultados já obtidos, se por um lado identificam avanços e conquistas no nível da legislação – fruto em grande parte do aperfeiçoamento dos mecanismos de organização do movimento sindical – enfatizam, por outro, a decalagem profunda ainda existente entre as conquistas formais decorrentes do processo de negociação e o efetivo cumprimento seja das cláusulas em vigor nos acordos e dissídios, seja da legislação pertinente.

Estas conclusões abrem perspectivas para novas indagações, permitindo, inclusive, a construção da hipótese de que o M. S. T. R. tem privilegiado o momento da negociação com os sindicatos patronais e o próprio governo, em

detrimento do momento posterior, qual seja o de fazer cumprir e transformar em prática concreta as conquistas obtidas durante o processo de negociação.

O segundo estudo visa basicamente a recuperar o processo de formulação da Lei Agrícola, incluindo desde os diferentes momentos e estágios de sua elaboração, os desdobramentos e modificações pelos quais vem passando, até sua futura promulgação. O documento final resultante deste estudo está, ainda, em fase de elaboração mas deverá, certamente, constituir-se em subsídio histórico importante para a compreensão do período a ser coberto pela análise uma vez que pretende identificar e analisar: os diferentes segmentos da sociedade civil comprometidos com a elaboração da Lei Agrícola; suas diferentes formas de organização, atuação e pressão junto ao Congresso Nacional; a relação e seu grau de consolidação ao longo do processo; a formação e/ou dissolução de grupos de interesse constituídos em função da elaboração da lei bem como a articulação destes grupos com os partidos políticos.

Finalmente, vale a pena lembrar que esta análise leva necessariamente em consideração os diferentes projetos de Lei Agrícola apresentados, as emendas e os substitutivos existentes, considerados todos como indicadores significativos do contexto político e econômico subjacente ao momento de formulação da referida lei. Contexto que, no tocante à agricultura brasileira e à política a ela pertinente, tem como eixo central o deslocamento da ênfase inicialmente atribuída pela Nova República à Reforma Agrária e sua substituição posterior (ainda na mesma Nova República) pela formulação de uma Política Agrícola, cujo componente mais visível é a própria Lei Agrícola.

Quanto à segunda vertente, que busca captar a especificidade da condição feminina no tocante à politização da questão tecnológica, os dados até então pesquisados e a análise já desenvolvida apontam o segmento das pequenas proprietárias rurais como aquele que tem demonstrado, pelo menos no curto prazo, um maior potencial de politização da questão tecnológica. Esta conclusão, preliminar como já foi ressaltado, decorre basicamente da análise acerca do tratamento dado pelas diferentes categorias de trabalhadoras rurais a temas como: mulheres e modernização tecnológica; mulheres e política agrícola; vantagens e desvantagens da modernização tecnológica no dia a dia da mulher trabalhadora rural, no seu processo de produção e no contexto do país como um todo; diferenças entre homens e mulheres no tocante à utilização e aos efeitos da introdução de inovações tecnológicas; identificação dos segmentos sociais presentes na agricultura brasileira que mais se beneficiaram ou mais se prejudicaram com a modernização tecnológica, etc.

Além disto, esta conclusão é também fundamentada na análise de como as trabalhadoras rurais percebem a organização sindical; a inserção feminina no movimento organizado de trabalhadores rurais e a importância política da sindicalização das mulheres e da busca de maior espaço dentro dos sindicatos. Sob este aspecto é significativo constatar que: a) houve nos últimos anos um crescimento generalizado da sindicalização feminina na área rural; b) mais mulheres ocupam cargos na direção dos sindicatos de trabalhadores rurais; c) as pequenas proprietárias rurais (e isto é válido sobretudo para o sul do país), se comparadas às demais categorias de trabalhadoras rurais, atingem tardiamente a participação sindical, mas quando o fazem, tendem a buscar mais diretamente

a ocupação de cargos na diretoria dos sindicatos locais. E não os cargos tradicionalmente ocupados por mulheres no sindicato, tais como tesoureiras e secretárias: visam (e em maior ou menor número vêm conseguindo) sobretudo à presidência de seus sindicatos. Ou seja, do ponto de vista da organização sindical, esta categoria vem demonstrando uma maior instrumentalização para conduzir de forma eficaz suas reivindicações, as incluídas aquelas vinculadas à questão tecnológica e ao seu tratamento político.

Estas constatações reiteram os termos da hipótese já levantada em estudos anteriores do grupo de Sociologia Rural da Universidade de Brasília, e mencionada acima no presente texto, no sentido de que a propriedade da terra possibilita a seu detentor, pela própria autonomia que esta lhe confere no processo de adoção de tecnologia, maior potencialidade para problematizar as diferentes dimensões desta tecnologia, ao passo que os não proprietários têm com a tecnologia uma relação subordinada, decorrência do caráter também subordinado que caracteriza sua inserção no processo produtivo.

Entretanto, vale ressaltar, em primeiro lugar, que a propriedade da terra apenas potencializa a politização da questão tecnológica. Concretizar este potencial depende de uma série de fatores, entre os quais ressalta-se a existência de condições para que esta categoria de trabalhadoras chegue a verbalizar a tecnologia como problema e a existência de condições para que possa superar determinadas contradições que ultrapassam a especificidade da condição feminina, dizendo respeito, portanto, ao conjunto do M. S. T. R. Em segundo lugar, que estas constatações não significam que as demais categorias sejam "incapazes" de problematizar as questões tecnológicas, indicando, apenas, que as pequenas proprietárias, pelas suas condições de inserção no processo produtivo, encontram-se **a priori** favorecidas no que diz respeito a transcender as discussões de natureza mais imediata relativas ao uso de tecnologias; discussões vinculadas, por exemplo, aos seus aspectos negativos. Transcender este estágio mais imediato parece ser condição fundamental para que a tecnologia se constitua como objeto político.

Ao lado destas questões mais diretamente vinculadas ao tipo de tratamento que o segmento feminino do M. S. T. R. tem dado à questão tecnológica, outras, vinculadas às instituições e possibilidades percebidas pelas mulheres trabalhadoras rurais face à sua maior integração e participação no M. S. T. R., estão contempladas nesta vertente da pesquisa e são objeto de artigo recente (Siqueira e Porto, 1990). Sob este aspecto, as conclusões apontam para uma tendência, predominante no M. S. T. R., a privilegiar temas, reivindicações e ações mais gerais – traduzidas em palavras de ordem e bandeiras de luta – dificultando a problematização, e conseqüente politização de questões mais concretas do dia a dia dos associados, as incluídas entre outras, tanto as questões ligadas à tecnologia, quanto aquelas relativas à especificidade da condição feminina.

NOTAS

- ¹ Cf. Figueiredo, Vilma (coord.) **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária**. Brasília Pax Editora, 1989.
- ² Analogia à noção, usada por Vergopoulos (1977), de capitalismo sem capitalistas.
- ³ A este respeito ver sobretudo estudos recentes de Yves Chaloult.
- ⁴ Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Caetano E. P. e TURCHI, Lenita M. – “Estado e Modernização Desigual da Agricultura: os casos da soja e da cana-de-açúcar” in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária**. Brasília, Pax Editora, UnB-FINEP, 1989.
- CHALOUlt, Yves. – “Uma Política de Legitimação do Estado e a Rearticulação da pequena produção: o projeto Nordeste”. **Revista Razões** 3(4/5):61-69, 1984.
- – “Uma das Contradições da Nova República: O Projeto Nordeste”. **Cadernos de Difusão de Tecnologia** 2(2):271-304, 1985.
- “Governo de Transição com Velhas Práticas: O que sobra para o trabalhador rural”. **Nordeste Rural** 1(2) 81-117, 1988.
- FIGUEIREDO, Vilma M. – “O Campo Histórico Político da Tecnologia e os Trabalhadores Rurais Sindicalizados”. Brasília, *Série Sociologia* nº 51, 1985.
- e TEIXEIRA, João Gabriel – “Diferenciação Social e Resposta Sindical às Transformações Tecnológicas na Agricultura”. Brasília, *Série Sociológica* nº 72. Texto apresentado para o XII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1988.
- KÜCHEMANN, Astrid B. e BIAVATI, Eduardo – “A Cooperativa Agrícola Usineira e o Processo de Diferenciação Social entre os seus Associados” in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária**. Opus cit., 1989.
- PARES, Ariel C. G. – “Estado e Modernização: A Função do Crédito Agrícola e a Política de Garantia dos Preços Mínimos” in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária**, Opus cit – 1989.
- PORTO, Maria Stela G. – “Tiriri: A Produção Ideológica como Produção Material”, in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária**, Opus cit, 1989.
- – “A Fórmula Trinitária e a Modernização da Agricultura no Brasil”. *Sociedade e Estado*. 3(1/2):6-16, 1988.
- SIQUEIRA, Deis Elucy e PORTO, M. Stela Grossi. – “Tecnologia Agropecuária e Organização das Trabalhadoras Rurais”. Texto apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1990.

SOBRAL, Fernanda B. – "Estado e Modernização: A Pesquisa e a Extensão na Agricultura" in Figueiredo, Vilma M. (coord.). **Estado, Sociedade e Tecnologia Agropecuária**, Opus cit, 1989.

VERGOPOULOS, Kostas – "Capitalisme difforme (Le cas de l'agriculture dans le capitalisme)" in **La Question paysanne et le capitalisme**. Paris, Anthropos, 1977.

ABSTRACT

Themes and tendencies of Rural Sociology:
recent experience at the University of Brasilia

An overview of recent research in Rural Sociology at the University of Brasilia provides the basis for presenting a proposal of theoretical construction for the analysis of agricultural technology. The author underlines the importance of widening the very concept of technology, considering it as a process with multiple dimensions, generating economic, political and ideological implications. The far-reaching scope of the article comprehends the role of the State in the production and diffusion of new technologies as well as the landowners' and workers' reactions to the introduction of innovations in agriculture – including the specific case of women as rural workers.

RESUME

Thèmes et tendances de la Sociologie Rurale:
l'expérience récente à l'Université de Brasilia

Cet article fait un bilan de la production récente en Sociologie Rurale à l'Université de Brasilia comme point de départ pour présenter une suggestion de construction théorique pour l'analyse de la technologie agraire. Dans ce sens, l'auteur souligne l'importance de l'élargissement du concept même de technologie pour le situer comme un processus de dimensions multiples, avec implications économiques, politiques et idéologiques. La portée assez large de cette discussion comprend le rôle de l'Etat dans la production et diffusion de la technologie et la réaction des propriétaires et des travailleurs ruraux (y comprises, spécifiquement, les femmes) à l'introduction d'innovations dans l'agriculture.